



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA REGULAR: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Márcia Sá Rodrigues de Menezes¹

Orientador: Antúlio de Oliveira²

Licenciatura em Pedagogia pela UFPE

E-mail: marci.1997@hotmail.com

² *Professor de Tecnologia da Informação da Faculdade Guararapes*

E-mail: ao@cin.ufpe.br

RESUMO: As leis que garantem os direitos dos surdos em ter um espaço escolar que atenda suas peculiaridades são muitas e estão contempladas em todos os documentos legais que abrangem a temática da educação desde a Constituição Federal de 1988, a LDB (1996), os PCN, Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 até a Declaração de Salamanca (1990). O objetivo do presente artigo é conhecer as dificuldades da escola para cumprir a lei da inclusão, a formação dos professores e funcionários que compõem o quadro dos profissionais da educação. Foram realizadas entrevistas com a gestora e docentes, com questões direcionadas na formação na área de Libras e a prática pedagógica do docente em sala, local de aprendizado e oportunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Surdos, Formação docente, Escola.

INTRODUÇÃO

As leis que garantem os direitos dos surdos em ter um espaço escolar que atenda suas peculiaridades são muitas e estão contempladas em todos os documentos legais que abrangem a temática da educação desde a Constituição Federal de 1988, a LDB (1996), os PCN, Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 até a Declaração de Salamanca (1990).

O trabalho de pesquisa apresentado parte de uma questão que, se não preocupa educadores de todas as esferas pública e também privada da educação, é algo que aumenta ainda mais a discussão educacional quanto a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito da escola regular, sobretudo quando se trata da pessoa com surdez e como a escola tem feito para incluí-la.

As leis educacionais mais atuais têm como base a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como direito e influenciou algumas diretrizes no âmbito educacional. A lei maior foi reforçada com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos em 1990 quando ambas têm em comum a educação ao alcance de todos, contribuindo com a garantia de direitos de todos os indivíduos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A Declaração de Salamanca, um encontro realizado em Salamanca na Espanha em 1994, a fim de promover o objetivo da educação para todos na abordagem da educação inclusiva, trouxe para o universo surdo uma vitória em uma educação que atendesse suas especificidades, incentivando o reconhecimento da língua de sinais, referida no texto como linguagem gestual. Para os governos e suas políticas educacionais ela deixa uma garantia para os surdos:

As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da linguagem gestual como o meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida, e garantir-se-á que os surdos tenham acesso à educação na linguagem gestual do seu país. Devido às necessidades particulares dos surdos e dos surdos/cegos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares (SALAMANCA,1994, P.18).

Nesta perspectiva, a inclusão do aluno surdo na escola regular sobre o olhar do gestor e docentes de uma escola inclusiva se torna tema de maior importância para conhecer através das práticas pedagógicas e a formação dos profissionais da educação da escola a real situação deste sujeito de direito sobre o prisma dos que “fazem” a educação, e principalmente as dificuldades que a escola encontra para garantir os direitos que lhes são devidos segundo as leis outrora citadas e as leis mais específicas como a Lei nº 10.436/02 e Decreto nº 5.626/05 que reforçam os direitos citados na Declaração de Salamanca e garantem o acesso a um ensino em sua primeira língua, a Libras.

Esta pesquisa é de suma importância quando se pensa em qualidade na educação, que a cada momento exige mais da escola, qual o perfil ideal, se é que existe, para atender a todos, sem exceção, com dignidade e respeito.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada numa escola pública estadual, referência na inclusão de pessoas surdas, com maior número de matrícula de alunos surdos do estado. Está situada na região central da cidade do Recife no estado de Pernambuco. É uma instituição que tem uma boa estrutura física, tem um espaço que atende a demanda de alunos matriculados.

O tipo de pesquisa desenvolvido foi a qualitativa, que segundo (Minayo 2001, p.21).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista semiestruturada por que possibilita um envolvimento entre o investigador e o investigado, oportunizando o contato mais próximo com o campo de pesquisa e esse contato facilita a compreensão dos dados que interessam para os objetivos propostos da investigação. Esse instrumento segundo (Gil 2012, p.109).

É a técnica que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação, a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Para a realização desta pesquisa foram entrevistados o gestor efetivo da instituição e sete (07) professores do 6º ao 9º ano de diversas disciplinas do ensino fundamental na referida escola. Esses professores lecionam em pelo menos uma turma inclusiva. A média da faixa etária dos entrevistados é de 40 a 50 anos. A maioria dos docentes tem especialização na área da formação inicial, difere-se entre esses um docente que cursa a especialização em *Educação Inclusiva*. Há entre os entrevistados apenas um docente com mestrado.

Para o gestor foram feitas seis (06) perguntas com o interesse de compreender as dificuldades da escola para incluir o aluno surdo e como se dava a formação continuada da equipe pedagógica desta instituição escolar com ênfase na inclusão.

Para os docentes foram elaboradas cinco (05) questões que envolveu a intenção de investigar sobre a prática pedagógica desses profissionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola que foi campo dessa pesquisa é considerada uma escola de referência quanto a inclusão de alunos surdos. No seu ambiente encontra-se como recursos de apoio a inclusão do estudante surdo as salas de reforço ou salas multifuncionais. Nessas salas encontram-se professores itinerantes que trabalham diretamente com os alunos surdos desde a educação especial até o ensino médio, esses professores estão



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

divididos por áreas como: matemática, português, biologia entre outras áreas de humanas e exatas que reforçam os assuntos dados em sala de aula nos horários extraclasse.

Neste ano a quantidade de estudantes surdos matriculados foi no total de 277 alunos entre a educação especial, o fundamental e médio, sendo 113 para o ensino fundamental, 101 diurnos e 12 para a EJA (Educação de Jovens e Adultos), para a educação especial há uma área restrita destinada a alunos surdos dos anos iniciais ou fundamental I.

A gestora tem formação em licenciatura em Letras (português e inglês) e graduada em Direito. No seu currículo ainda tem a especialização em Gestão Escolar, tendo como tema no trabalho de conclusão de curso a educação inclusiva: políticas públicas voltadas na área de Libras. Como gestora efetiva não passou por formação continuada na área de Libras.

Tabela 01 - Perfil do Gestor

Gestor	Gênero	Faixa etária	Formação Acadêmica	Tempo experiência	Pós-graduação	Formação Continuada em Libras
G	F	35 a 40	Letras português/inglês e Direito	Docência (10 anos) Gestão há(1 ½)	Gestão escolar(monografia em Ed. Inclusiva: políticas públicas voltadas na área de Libras	Não

Fonte: A autora (2014)

Dificuldades da escola no processo da inclusão

A escola é um ambiente social, sobretudo, político. Por isso, todos têm direito a ter uma assistência educacional adequada às suas necessidades. Mesmo com todas as reivindicações e as políticas públicas¹ que existem voltadas às escolas, estas ainda têm dificuldades de acolher com o devido espaço e estrutura confortável os seus alunos sem deficiência e o agravante maior é quando os alunos requerem cuidados e profissionais especializados para atendê-los.

A educação inclusiva é traduzida na LDB, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394/96, como educação especial, o seu artigo 58 refere-se que a educação

¹ campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação(variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações(variável dependente) SOUZA(2006, p. 24 e 26)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

especial, é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente no ensino regular, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Texto alterado pela lei nº12.796 de 2013. Essa mesma lei nos parágrafos 1º, 2º e 3º do mesmo artigo regem:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (MEC, 1996, p.21).

A LDB vai além quando o assunto é garantir direitos aos educandos com deficiência, ela compromete a escola desde sua estrutura física, quadro de professores capacitados até o seu currículo. Pode-se perceber a preocupação do acolhimento desse aluno e a tentativa de atender todas as suas necessidades, para conferir no texto legal nos incisos I e III do artigo 59 constata-se:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (MEC, 1996, p.21-22).

A lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 reconhece a Libras como língua dos surdos, sendo esta língua garantida nos cursos de formação de Educação Especial como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN (BRASIL, 2002). Essa lei dá ao surdo uma autonomia e liberdade de fazer uso da sua língua e exigir respeito perante seu peculiar jeito de comunicação (BRASIL, 2001, p.17).

Trata-se de uma grande demanda que vale a pena perguntar, será que as escolas estão preparadas para receber, e seu espaço físico comporta todos como descrito no texto da lei, e seu quadro de docentes está preparado para atender esses alunos com especificidades diferentes, mesmo sendo contemplados pela lei?

Diante das falas da gestora da instituição se percebe as dificuldades que existem para que de fato a inclusão do estudante surdo se concretize no âmbito escolar.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Alguns professores daqui também, eles não abraçam a própria educação inclusiva, eles abraçam falsamente ao um pseudo trabalho de inclusão, por que na minha concepção aqui a grande maioria dos profissionais que trabalham aqui, por eles, os surdos não estariam pelas dificuldades de fazer a coisa funcionar, entendeu?!

aqui na escola, por que os surdos, de certa forma, dá um trabalho a mais, aí o professor joga a responsabilidade para o interprete, quer que o intérprete resolva todos os problemas deles (dos surdos).

[...]Como eu trabalho voltada pra isso, na lei, na questão da inclusão, ééé [...] a gente sente na pele as dificuldades de fazer a “coisa” funcionar, entendeu?!

Com o interesse de conhecer a realidade da inclusão, entendendo que o ambiente e as pessoas devem estar com o mínimo de preparação, formação para assim, atender ao público, a gestora foi questionada quanto a formação continuada de sua equipe pedagógica (vice-gestão, coordenação e funcionários afins) que compõem a estrutura administrativa da instituição. Como resposta, ela disse:

Serei sincera, Não! O que existe é o que o pessoal da Educação Especial, os responsáveis pela Ed. Especial na GRE ofertam uma vez ou outra para os profissionais que ficam na sala de recursos multifuncionais para uma capacitação e outra, mas, muito esporadicamente, não é uma coisa regular com coordenação aqui diária, a não ser que você pergunte a ela(a coordenadora) mas desde que eu entrei como gestora não houve nenhuma formação nesse sentido e assim desconheço se elas(as coordenadoras, vice-gestora e equipe pedagógica) tenham participado (elas mesmas é que tem que responder) certo?!

Nota-se que a inclusão está além de uma estrutura física, e sim como esse aluno vai ser acolhido, com uma singularidade linguística? Há uma urgência na consciência desta formação e habilitação na língua de sinais.

Quando se vivencia o dia a dia da escola fica mais fácil perceber as exclamações da gestora quando se trata de ver a “coisa funcionar”. Existe uma demanda de alunos que precisam ser assistidos nas suas dificuldades ou diferenças de aprendizados, saindo da ideia de homogeneidade escolar, entendendo que cada educando é um, seja ele ouvinte ou surdo.

Segundo a gestora:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A dificuldade da gente também são os profissionais que a gente não tem. No começo do ano passado e no começo deste ano foi uma dificuldade tremenda de se enviar um intérprete pra cá, por que como eu te disse, a maioria é contrato e já faz muito tempo que o estado não faz seleção para efetivo, a remuneração é muito baixa, também não estimula e aí o que acontece, os contratos terminam, as vezes não são renovados, as vezes quem eles contratam, não tem na verdade, profissionalismo. Aí a gente devolve, quando devolve, pra vim outro... São meses, são meses, não é!

A burocracia dos órgãos públicos e o sistema público educacional também contribuem muito para que o processo de inclusão não aconteça de forma satisfatória. A demora em enviar um profissional fundamental em sala de aula, por exemplo, para auxiliar o professor e principalmente na aquisição do conhecimento do aluno surdo, demonstra um descaso e desinteresse do Estado em atender e dar suporte a escola para que essa supra as necessidades que comprometem o aprendizado do educando surdo, esse desinteresse se constitui também na ausência de concurso, capacitações na área e um salário que estimule e valorize mais o profissional intérprete de língua de sinais.

Tabela 02 – perfil dos professores

Professor	Gênero	Faixa etária	Formação Acadêmica	Turma (inclusiva) que leciona	Tempo de docência	Pós-graduação	Formação Continuada em Libras
P1	M	40 a 45	Licenciatura em Geografia	6ºB 6ºC 3º Médio	18 anos	Educação Ambiental (Especialização)	Incompleta
P2	F	40 a 45	Letras (português)	9ºano(A)	15 anos	Ed. Especial Inclusiva (Especialização em curso)	Não
P3	F	45 a 50	História/Direito	6º, 7º e 8º anos	20 anos	-	Não
P4	F	35 a 40	Ciências	6º e 7º anos	4 anos	Microbiologia (Especialização em curso)	Não
P5	F	45 a 50	Educação Física	6º e 7º anos	20 anos	Prescrição de Exercício p/ port.de doenças crônicas degenerativas e Idosos (Especialização)	Não



P6	F	+ de 50	Letras (Português)	7º ano	21 anos	Linguística (Especialização) teoria da literatura (Mestrado)	Não
P7	F	45 a 50	Matemática	6º ano B e 6º C	17 anos	Ed. Matemática (Especialização)	Não

Fonte: A Autora (2014)

A formação dos professores

As dificuldades no âmbito escolar, quando a pessoa surda se encontra no universo predominantemente ouvinte, torna-se ainda mais complexo a comunicação com sua língua, a Libras, pelo não conhecimento dos demais atores da escola sobre língua de sinais, tanto os alunos ouvintes, quanto, principalmente, os professores. Na perspectiva da inclusão há uma urgência em preparar os docentes para essa experiência com a formação continuada, porém, nas palavras da gestora, traz de volta a questão das dificuldades que representam a complexidade dessa inclusão.

No meu ponto de vista, há falta de formação mais direcionada a isso, quando se promove as capacitações, os professores não querem ir, por que a partir do momento que habilita o professor você está delegando uma responsabilidade, o professor não quer ter responsabilidade no aprendizado, o professor de hoje, ele não se vê como educador, por que eu acho que o educador é uma coisa muito mais ampla, o professor de hoje, ele se vê dando uma aula, quando termina aquela aula, vai embora. É complicado, a gente trabalhar sem o apoio [...]

A cooperação e o envolvimento de todos no processo para incluir o aluno com deficiência de um modo geral é imprescindível. Quando se fala em inclusão, esses dois itens tornam-se a condição de sucesso. Quando isso não acontece, seja qual for a necessidade do aluno, a iniciativa de incluir está fadada ao fracasso.

Os professores que participaram da pesquisa foram 7, e todos, exceto um, não participaram de formação continuada promovida pelo governo na escola. Porém a ausência de formação continuada em Libras não diminui o interesse e a busca por meios que ajudem a entender e conhecer melhor os alunos dos professores entrevistados, segundo eles, buscaram



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

formação e informação fora. Conforme citações dos mesmos:

[...] Como estou fazendo especialização em educação especial inclusiva, a gente sabe que precisa ter um outro olhar, um outro critério de avaliação, na medida do possível que eu posso fazer[...] sei que esse aluno tem uma forma diferenciada de escrever do ouvinte, aí tenho outro critério realmente de analisar, eles não usam conectivos, mas, assim, ninguém chegou pra mim pra dizer ó a leitura deles é diferente não tenho um conhecimento de Libras!então, fica tudo muito solto, pra gente que trabalha com educação inclusiva, a gente não tem uma formação para lidar com o surdo, é uma coisa minha, eu tenho a preocupação de fazer essa especialização, por que com a necessidade de trabalhar com isso, isso assim[...] (Professor - P2)

(A professora fica fazendo alguns sinais em Libras, enquanto fala), e pergunto se ela sabe muitos sinais? Ela diz “sei alguma coisa por que aprendi com eles e estou fazendo um curso de Libras desde o ano passado, no CAS(Centro de Apoio ao Surdo) a noite, mas eu comecei aprender desde do dia que comecei a conviver com eles, há 17 anos. (Professor -P7)

Os professores na maioria das respostas quanto a sua prática, como era realizada e com quais recursos se apropriava para poder tornar sua aula mais atrativa e compreensiva para os alunos tanto ouvintes quanto os alunos surdos citaram algum recurso visual e material concreto, as aulas sempre estão com algum reforço de imagens. Constata-se esse fato nas falas de alguns deles:

Vídeos, mas com legenda, sala de aula, livros constantemente, utilizo bastante o livro com a intérprete sempre ajudando, é importante, mapas, é... a questão de visualização, gosto de desenhar também, acho que eles tem que começar a perceber algumas coisas. Agora mesmo pedir para eles fazerem um trabalho sobre, a cidade e o campo, aí pedir pra eles fazerem uma maquete, porque quando se faz a maquete você compreende o que eu estou falando, eu digo olha isso aqui é campo e isso aqui é cidade, cidade rural, cidade urbana (batendo na mesa do lado esquerdo e do lado direito), quando eles começam a fazer, pegar na massa mesmo, mexer, acho que eles compreendem mais, enxergando, visualizando. (Professor-P1).

Eu uso Multimídia, é vídeo, jogos, uso muito imagens, por que a imagem ajuda ao aluno a concentrar mais, filmes. (Professor -P3)

o processo de ensino é facilitado com muitas imagens, com recursos visuais. A gente usa muito essa questão de imagens, o visual. (Professor -P6)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Em sala, o professor oportuniza os meios para conquistar a atenção e despertar no aluno suas potencialidades, tem a liberdade de promover um momento de aprendizado com ludicidade e afetividade que envolve tanto os educandos ouvintes quanto os educandos surdos. O projetor de *slides* mostra-se um recurso fundamental para o trabalho com surdos. (Lacerda, 2013, p.192). Contudo a inclusão escolar da pessoa surda não se restringe a imagens, tem a questão da língua que como dito antes é fundamental para o crescimento e desenvolvimento desse aluno.

CONCLUSÕES

As dificuldades enfrentadas pela escola para incluir o aluno surdo no seu âmbito educacional e lhe oferecer um serviço de qualidade, perpassa as estruturas físicas, de uma visão inclusiva da gestão ou do quadro de docentes que tem a preocupação no aprendizado desse aluno.

A ausência de formação continuada dos funcionários da secretaria, desde o porteiro até a merendeira, e o mais grave, dos professores, reflete o quanto as ações do Estado precisam agilizar essa questão que já ultrapassa uma década para o sujeito surdo receber os benefícios que lhes são garantidos por lei, mas em que ainda continuam na marcha lenta da burocrática ação dos órgãos públicos. Em contrapartida temos que reconhecer que o fato do não conhecimento e pouco ou até nenhum interesse dos docentes em se envolver e se inteirar mais nas especificidades do aluno surdo conta muito no sucesso da inclusão do mesmo. A flexibilidade, criatividade e vontade de alguns docentes acendeu uma luz no “no fim do túnel” para um futuro educacional para o educando surdo com mais expectativas e possibilidades de sucesso. É necessário, oportunizar para que esses atores tenham mais visibilidade e conquistem seu espaço.

As demandas da escola são muitas, contudo, para cumprir cabalmente cada uma das exigências, há de compreender que o cumprimento em muitas esferas não depende só da ação da gestão da escola, dos docentes, da família, ou até mesmo de um sistema público que funciona, depende sim da participação de todos, de uma ação em conjunto. Desta forma teremos êxito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



1. BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
2. BRIDI, F.R.S. Um breve olhar sobre o início e a história da educação especial. Revista Litterarius. V.5, n. 2 (jul/dez. 2006). Santa Maria: Biblos Editora, 2006.
3. CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004, 175 p.
4. CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*. – 6ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
5. [DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011](#). Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
6. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6.ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2012.
7. GIL, Marta. Acessibilidade, inclusão social e desenho universal: tudo a ver. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil.php>>. Acesso em: 17 de setembro de 2015.
8. KASSAR, M. de C. Política de Especial na perspectiva inclusiva e o atendimento educacional especializado. In: MARTINS, L. de A. R.; PIRES, G. N. da L.; PIRES, J. (Organizadores.). Inclusão escolar e social: novos contextos, novos aportes. Editora da UFRN, Natal, 2012, p. 55- 67.
9. LACERDA, C. B. F; SANTOS, L. F Tenho um aluno surdo, e agora ?: Introdução a libras e educação de surdos. São Carlos, Ed UFSCAR, 2013.
10. [LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015](#). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
11. [LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004](#). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
12. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.
13. MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas. São Paulo; Ed.: Cortez, 1996.
14. MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.14
15. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008
16. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial.
17. OLIVEIRA, S. L. *Tratado de Metodologia Científica*. São Paulo, Pioneira, 1997.
18. PLETSCHE, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense/RJ. In: Revista Ciências Humanas e Sociais, v. 34, p. 31-48, 2012.
19. QUADROS, Ronice Müller; Achmiedt, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006 p. 18. 19.
20. RICHARDSON, Roberto Jarry. Et al. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
21. SASSAKI, Romeu Kazumi. *Nomenclatura na área da surdez*. In: CURSO de terminologia sobre deficiência, 15 agosto 2008. Praia Grande: Prefeitura Municipal, Seduc, 2008 disponível em: SOUZA, Celina, N. **Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias 16**, Porto Alegre, jul/dez. 2006.
22. SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Vol. 174. WVA, 1997.
23. SOUZA, F. F. de. Políticas de educação inclusiva: análise das condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência na instituição escolar. 213. 297p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

24. UNESCO/BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.
Brasília: 1994.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br